

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 1011/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10933/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsáveis:** Sr. Dielson Canto Brelaz, Diretor Presidente do SAAE Parintins.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 51/2015 (fls. 203/226).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1913/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 227/239)

**8- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE. Exercício 2014.

*Contas regulares com ressalvas. Multas. Notificação ao interessado. Prazo. Inscrição na dívida ativa. Recomendações à origem e à Comissão de Inspeção.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar, regulares com ressalvas**, a Prestação de Contas do Sr. **Dielson Canto Brelaz**, Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Parintins, exercício de 2014, conforme dispõe o art. 22, II c/c art. 24, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;

**9.2- Aplicar multa ao responsável**, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), com fulcro no parágrafo único do art. 53 da Lei nº 2.423/96, LO-TCE/AM, em face das seguintes restrições não sanadas:

**9.2.1-** Ausência de alimentação de dados no Sistema de Administração de Pessoal - **SAP**, durante os meses de **abril a dezembro/2014**, contrariando o que determina a Lei Federal nº 12.527 de 18.11.2001 (Lei de Acesso à Informação) e a Resolução nº 16/2009 - TCE/AM, de 11 de novembro de 2009 c/c o art. 1º, XII, da Lei nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996;

**9.2.2-** Não apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento ao erário municipal do valor de R\$ 35.625,03, referente ao IRRF, inscrito em Receitas Extraorçamentárias, constante no Balanço Financeiro do Exercício de 2013, Anexo-13 sob o código 2.1.1.1.3.01.00.01.00.00, objeto do item 9.6.5 do Acórdão nº 674/2014-TCE/AM (Ata nº 42º Sessão Ordinária de 19/11/2014), tendo em vista que a Comissão de Inspeção não vislumbrou o respectivo recolhimento na sede do SAAE de

**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 1011/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

Parintins, como também não identificou o registro deste valor no Demonstrativo do Razão Analítico do período de 01/01/2014 a 31/12/2014, parte integrante da Prestação de Contas do SAAE de Parintins, objeto do Processo TCE nº 10.933/2015;

**9.2.3-** Não apresentação dos documentos comprobatórios da regularização da importância de **R\$ 86.558,37**, constante no Balancete Razão do exercício financeiro de 2010, haja vista que este valor figura também no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2014, no Ativo Circulante na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, parte integrante da presente Prestação de Contas;

**9.3- Notificar o Sr. Dielson Canto Brelaz**, para que tome ciência deste Acórdão, fixando-lhe **prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei Estadual nº 2423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**9.4- Autorizar** desde já a **inscrição do débito na Dívida Ativa** e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da condenação e não interposição de recurso com efeito suspensivo, ex vi o artigo 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.5- Recomendar à origem** que adote as seguintes determinações:

**9.5.1-** Que em exercícios futuros seja observado e cumprido o prazo da publicação dos extratos dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial do SAAE de Parintins, estipulado no art. 9º, da Lei Complementar nº 06/1991;

**9.5.2-** Que observe e cumpra o prazo estabelecido na Resolução nº 16/2009-TCE c/c o art. 1º, XII, da Lei nº 2.423/96, referente aos registros e alimentação de dados no Sistema de Administração de Pessoal - SAP/TCE;

**9.5.3-** Que seja observado e cumprido o prazo de recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF dos servidores que atingirem o limite de desconto, dentro do prazo de retenção do imposto devido, evitando prejuízos com pagamento de multa e juros de mora pelos atrasos ocorridos, cumprindo, assim, o exposto no art. 5º, da Lei nº 11.933/2009;

**9.5.4-** Que seja feita a efetiva cobrança administrativa, caso não obtenha êxito, acione judicialmente a recuperação do crédito na ordem de R\$ 86.558,37, registrado desde o Balanço Patrimonial do exercício de 2010, valor este que, figura também no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2014, no Ativo Circulante na Conta "Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo", haja vista que a entidade já reconheceu o crédito, e encontra-se pendente até o presente exercício;

**9.5.5-** Que observe e cumpra as exigências expressas no art. 74, *caput*, inciso e § 1º, da Constituição Federal de 1988, art. 43 *caput* da Lei Estadual nº 2.423/1996 e 76, *caput*, da Lei Federal nº 4.320/1964, relativa à efetiva implantação do Sistema de Controle Interno do SAAE Parintins, de forma plena;

**9.6- Recomendar à Comissão de Inspeção** vindoura as seguintes determinações:

**9.6.1-** Que verifique se foi efetivamente regularizado no exercício financeiro de 2015 o valor de R\$ 35.625.03, mediante apresentação de documentos comprobatórios do recolhimento ao erário da referida importância, referente ao IRRF, inscrito em Receitas Extraorçamentárias, constante no Balanço Financeiro do Exercício

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 1011/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de 2013, Anexo-13, tendo em vista que Autarquia comprometeu-se a regularizar tal pendência no fechamento das contas anuais do exercício financeiro de 2015.

**9.6.2-** Que comprove a implantação do sistema informatizado de patrimônio para controle e cumprimento das normas contábeis aplicadas ao setor público dos bens de caráter permanente adquiridos no exercício de 2014 e de exercícios anteriores, à luz do art. 94, da Lei nº 4.320/64, como também a implantação do Sistema de Controle de Almojarifado - INFOSANE - Versão 3.0.9 de 12/04/2011;

**9.6.3-** Que observe se foi efetivada a cobrança administrativa ou judicial quanto à recuperação do crédito, na ordem R\$ 86.558,37, registrado desde o Balanço Patrimonial do exercício de 2010, haja vista que este valor figura também no Balanço Patrimonial do exercício de 2014 - Ativo Circulante na Conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, já que a entidade já reconheceu o crédito e encontra-se pendente até o presente exercício.

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de novembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em substituição

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral